SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS 2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS 4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 7
1 . CONTEXTO OPERACIONAL 7
2 . BASE DE PREPARAÇÃO 7
3 . CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 9
4 . CONSUMIDORES E REVENDEDORES 9
5 . TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR 10
6 . IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS 11
7 . DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS 12
8 . ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO 12
9 . INTANGÍVEL 13
10 . FORNECEDORES 14
11 . IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 14
12 . EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES 16
13 . ENCARGOS REGULATÓRIOS 19
14 . OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO 19
15 . PROVISÕES 21
16 . PATRIMÔNIO LÍQUIDO 24
17 . RECEITA 25
18 . CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 26
19 . RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO 29
20 . TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 29
21 . INSTRUMENTOS FINANCEIROS 31
22. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO 37
23 . DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA 39
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 40
24. REAJUSTE TARIFÁRIO DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO 41
25. EVENTOS SUBSEQUENTES 41
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO 43
RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ..... **Erro! Indicador não definido.**

CEMIG Distribuição S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2010 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

ATIVO

(Em Milhares de Reais)

	Nota	30/06/2010	31/12/2009
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	782.554	246.201
Consumidores e Revendedores	4	1.532.447	1.504.191
Concessionários - Transporte de Energia		273.639	290.309
Tributos Compensáveis	5	249.385	244.510
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	6	325.457	284.545
Fundos Vinculados		12.681	2.607
Estoques		23.662	20.047
Outros		294.394	197.575
TOTAL DO CIRCULANTE		3.494.219	2.789.985
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6	550.621	594.489
Tributos Compensáveis	5	81.356	82.772
Depósitos Vinculados a Litígios	7	535.815	418.809
Consumidores e Revendedores	4	27.898	76.240
Créditos com Pessoas Ligadas		2.787	45.548
Outros Créditos		41.785	34.999
Ativo Financeiro - Concessão	8	2.187.404	2.030.284
Intangível	9	2.653.269	2.582.128
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.080.935	5.865.269
ATIVO TOTAL		9.575.154	8.655.254

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2010 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2010	31/12/2009
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	12	880.150	986.818
Debêntures	12	798.980	764.645
Fornecedores	10	645.068	608.903
Impostos, Taxas e Contribuições	11	327.717	286.393
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		173.220	202.306
Salários e Encargos Sociais		211.927	246.672
Encargos Regulatórios	13	227.318	238.952
Participações nos Lucros		39.501	69.624
Obrigações Pós-Emprego	14	57.810	58.651
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	21	60.076	78.305
Provisões	15	76.141	-
Outras		211.007	250.348
TOTAL DO CIRCULANTE		3.708.915	3.791.617
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	12	1.376.738	864.956
Provisões	15	112.008	73.851
Obrigações Pós-Emprego	14	1.312.862	1.304.228
Impostos, Taxas e Contribuições	11	405.040	287.214
Imposto de Renda e Contribuição Social		202.501	134.680
Encargos Regulatórios	13	140.596	92.366
Outras		15.868	11.737
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.565.613	2.769.032
TOTAL DO PASSIVO		7.274.528	6.560.649
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
Capital Social		2.261.998	2.261.998
Reservas de Lucros		383.126	383.126
Prejuízos Acumulados		(344.498)	(550.519)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.300.626	2.094.605
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.575.154	8.655.254

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CEMIG Distribuição S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(Em Milhares de Reais, exceto Resultado por lote de mil ações)

	Nota	30/06/2010	30/06/2009
RECEITA	17	3.397.255	3.272.017
CUSTOS OPERACIONAIS	18		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.260.373)	(1.288.385)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(307.202)	(253.374)
		(1.567.575)	(1.541.759)
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Pessoal e Administradores		(327.468)	(342.654)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		(58.525)	(51.102)
Materiais		(40.730)	(41.369)
Serviços de Terceiros		(209.560)	(219.559)
Amortização		(179.265)	(157.354)
Provisões Operacionais		(214.691)	(1.872)
Outras		(56.499)	(51.420)
		(1.086.738)	(865.330)
CUSTO TOTAL		(2.654.313)	(2.407.089)
LUCRO BRUTO		742.942	864.928
DESPESA OPERACIONAL	18		
Despesas com Vendas		(37.905)	(43.957)
Despesas Gerais e Administrativas		(152.553)	(227.248)
Outras Despesas Operacionais		(50.995)	(49.173)
		(241.453)	(320.378)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		501.489	544.550
Resultado Financeiro Líquido	19	(116.260)	(58.003)
Resultado antes dos Impostos		385.229	486.547
Imposto de Renda e Contribuição Social	6b	(65.356)	(87.093)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6b	(61.974)	(111.265)
RESULTADO DO PERÍODO		257.899	288.189
Resultado Básico por ação preferencial e ordinária		0,1140	0,1274
Resultado Diluído por ação preferencial e ordinária		0,1140	0,1274

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODO FINDO EM 30 JUNHO DE 2010

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	**2.261.998**	**383.126**	**(550.519)**	**2.094.605**
Resultado do Período	-	-	257.899	257.899
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(51.878)	(51.878)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	**2.261.998**	**383.126**	**(344.498)**	**2.300.626**

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CEMIG Distribuição S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(Em Milhares de Reais)

	30/06/2010	30/06/2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Período	257.899	288.189
Despesas (Receitas) que não afetam as Disponibilidades		
Amortização	187.654	162.658
Baixas Líquidas de Intangível	9.414	7.032
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	36.003	(35.643)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	61.974	111.265
Provisões para Perdas Operacionais	59.311	26.274
Obrigações Pós-emprego	34.429	42.969
	646.684	602.744
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(49.410)	(141.128)
Tributos Compensáveis	(44.371)	(200.586)
Transporte de energia	16.670	23.282
Depósitos Judiciais	(117.005)	(95.160)
Outros	26.170	121.629
	(167.946)	(291.963)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	36.165	(50.456)
Tributos e Contribuição Social	208.865	178.071
Salários e Contribuições Sociais	(34.745)	89.529
Encargos do Consumidor a Recolher	(11.634)	(16.338)
Empréstimos e Financiamentos	(90.514)	(17.071)
Obrigações Pós-emprego	(26.636)	(24.922)
Perdas Instrumentos Financeiros	(18.229)	16.812
Outros	6.676	(87.820)
	69.948	87.805
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	548.686	398.586
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
No Intangível	(425.329)	(262.025)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(425.329)	(262.025)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Financiamentos Obtidos	615.759	2.309
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(121.799)	(82.315)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(80.964)	(236.945)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (USADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	412.996	(316.951)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	536.353	(180.390)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do período	246.201	442.421
No fim do período	782.554	262.031
	536.353	(180.390)

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Em Milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1 . CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. ("Companhia" ou "Cemig Distribuição") é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ("CEMIG"), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores.

A Companhia tem como área de concessão 567.478 Km2, aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 6.946.974 consumidores em 30 de junho de 2010.

A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

2 . BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 . Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava suas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/2008 – MP nº449/2008), complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM até 31 de dezembro de 2008.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM no 609/2009 (CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os padrões internacionais de contabilidade foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Em consequência, as Informações Trimestrais - ITR de 2010, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2010 e 2009, aprovadas pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2011 e arquivadas na CVM em 29 de março de 2011.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011 a Companhia apresenta abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido dos semestres findos em 30 de junho 2009 e 30 de junho 2010, decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

	30/06/2010	31/12/ 2009
Patrimônio Líquido Anteriormente apresentado	**2.665.332**	**2.645.124**
Baixa Taxa Administração – CPC 27 e ICPC 01	(17.981)	(18.200)
Encargos Capitalizados – CPC 20	4.530	1.976
Obrigações pós emprego	(364.076)	(348.228)
Reversão de Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	12.821	(186.067)
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	**(364.706)**	**(550.519)**
Patrimônio Líquido ajustado (Reapresentado)	**2.300.626**	**2.094.605**

	30/06/2010	30/06/2009
Resultado do trimestre anteriormente apresentado	**72.086**	**88.385**
Baixa Taxa Administração – CPC 27 e ICPC 01	219	(9.100)
Contratos de Concessão - Outorga Onerosa - OCPC 05	2.554	25
Obrigações pós emprego	(15.848)	(22.131)
Reversão de Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	198.888	231.010
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	**185.813**	**199.804**
Resultado do trimestre ajustado (Reapresentado)	**257.899**	**288.189**

Os efeitos decorrentes da aplicação das IFRSs (CPCs) apresentados acima estão liquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social.

As demonstrações de resultados abrangentes individuais não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do trimestre é igual ao resultado abrangente total.

3 . CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2010	31/12/2009
Contas Bancárias	51.682	51.609
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	719.262	191.403
Letras Financeiras do Tesouro	1.585	1.148
Letras do Tesouro Nacional	-	566
Outras	10.025	1.475
	730.872	194.592
	782.554	**246.201**

As Aplicações Financeiras correspondem a operações contratadas em Instituições Financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário - CDB pré ou pós-fixados e os Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 100% a 110%) conforme operação.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa 21.

4 . CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/06/2010	31/12/2009
Residencial	379.296	144.858	130.914	655.068	618.258
Industrial	111.734	34.105	279.361	425.200	499.045
Comércio, Serviços e Outras	189.857	44.720	87.377	321.954	330.576
Rural	60.692	16.473	26.596	103.761	98.481
Poder Público	54.511	7.587	33.306	95.404	95.697
Iluminação Pública	53.449	4.580	23.748	81.777	38.561
Serviço Público	84.171	4.834	20.887	109.892	120.090
Subtotal – Consumidores	**933.710**	**257.157**	**602.189**	**1.793.056**	**1.800.708**
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	917	917	917
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(233.628)	(233.628)	(221.194)
	933.710	**257.157**	**369.478**	**1.560.345**	**1.580.431**
Ativo Circulante				**1.532.447**	**1.504.191**
Ativo Não Circulante				**27.898**	**76.240**

A Companhia constitui a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota 21.

5 . TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

a) Tributos Compensáveis	30/06/2010	31/12/2009
Circulante		
ICMS a Recuperar	154.392	149.686
COFINS	77.436	77.381
PASEP	16.807	16.795
Outros	750	648
	249.385	244.510
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	44.315	44.315
COFINS	30.434	31.597
PASEP	6.607	6.860
	81.356	82.772
	330.741	**327.282**

A Companhia protocolou uma consulta na Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, para esclarecimento de dúvidas relacionadas ao aproveitamento de parte dos créditos de ICMS registrados no Circulante Não Circulante.

Os créditos de PASEP/COFINS a Recuperar Não Circulante são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	30/06/2010	31/12/2009
Circulante		
Imposto de Renda	236.281	203.941
Contribuição Social	89.176	80.604
	325.457	284.545

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2010 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar, apurados para o ano de 2010, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

6 . IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

A Companhia possui Créditos Tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00%, e de Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	30/06/2010	31/12/2009
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias		
Obrigações Pós-emprego	246.664	241.556
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	87.294	83.067
Provisões	38.083	25.109
Instrumentos Financeiros	38.271	36.878
CVA - IFRS	(4.533)	91.856
Variação Cambial	87.804	82.978
Taxa de Administração	9.263	9.376
Prejuízo Fiscal Base Negativa	7.874	-
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	25.017	-
Outros	14.884	23.669
	550.621	**594.489**

(1) Referente ao Imposto de Renda sobre PASEP/COFINS.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 23 de março de 2010, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da Cemig Distribuição referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente que evidencia a capacidade de realização do Ativo Fiscal Diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo foi também submetido ao exame do Conselho Fiscal em 04 de março de 2010.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do Ativo Fiscal Diferido, existente em 30 de junho de 2010, conforme abaixo:

	30/06/2010
2010	108.457
2011	115.534
2012	75.289
2013	75.289
2014	75.291
2015 a 2017	100.762
	550.621

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	30/06/2010	30/06/2009
Lucro Antes do Imposto de Renda, Contribuição Social e Participação dos Empregados no Resultado	385.229	486.547
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Nominal	(130.978)	(165.426)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Participação dos Empregados no Resultado	19.899	17.375
Incentivos Fiscais	212	3.559
Juros sobre Capital Próprio	17.639	25.909
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.235)	(1.777)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	1.005	446
Outros	(33.872)	(78.444)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Efetiva	**(127.330)**	**(198.358)**
Alíquota efetiva	**33,05%**	**40,77%**
Corrente	**(65.356)**	**(87.093)**
Diferido	**(61.974)**	**(111.265)**

7 . DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	30/06/2010	31/12/2009
Trabalhista	117.619	128.942
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros Sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	370.299	254.835
Outros	332	277
Outros	41.865	29.055
	535.815	**418.809**

Os saldos de depósitos judiciais relativos a PASEP/COFINS possuem provisão correspondente a obrigação a pagar na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 11.

8 . ATIVO FINANCEIRO - CONCESSÃO

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01, que trata de contabilidade de concessões, e referem-se a infraestrutura investida nas concessões que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e a ANEEL.

Segue abaixo a mutação do ativo financeiro da concessão:

	Saldos
Saldo em 31 de dezembro de 2009	2.030.284
Adições	157.120
Baixas	-
Saldo em 30 de junho de 2010	2.187.404

9 . INTANGÍVEL

a) Composição de saldo em 30 de junho de 2010

	30/06/2010			31/12/2009
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Ativos da Concessão	7.364.477	(5.167.372)	2.197.105	2.369.276
(-) Obrigações especiais	(1.199.395)	270.302	(929.093)	(974.342)
Ativos da concessão líquidos	6.165.082	(4.897.070)	1.268.012	1.394.934
Intangível em Curso	1.385.257	-	1.385.257	1.187.194
	7.550.339	**(4.897.070)**	**2.653.269**	**2.582.128**

b) Mutação do ativo intangível em 30 de junho de 2010

	Saldo em 31/12/2009	Adições/ Transferências	Baixas	Amortização	Saldo em 30/06/2010
Ativos da Concessão	2.369.276	87.897	(9.414)	(250.655)	2.197.104
(-) Obrigações especiais	(974.342)	(17.739)	-	62.989	(929.092)
Ativos da concessão líquidos	1.394.934	70.158	(9.414)	(187.666)	1.268.012
Intangível	1.187.194	198.063	-	-	1.385.257
	2.582.128	**268.221**	**(9.414)**	**(187.666)**	**2.653.269**

O Ativo Intangível é composto pelos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como softwares, direito de exploração de concessões, ágios e servidão de passagem e pelo direito de exploração da concessão originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 – Contratos de Concessão). De acordo do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, o Ativo Intangível corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar dos usuários pelo uso da infraestrutura da concessão.

A vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição é estabelecida pela agência reguladora ANEEL para efeitos de determinação da tarifa, essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios representando a melhor estimativa de vida útil dos bens. A ANEEL também é responsável pela apuração do valor da indenização no vencimento da concessão.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida, amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ReN ANEEL nº367/09 ou pelo prazo de concessão.

Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Companhia não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

10 . FORNECEDORES

	30/06/2010	31/12/2009
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -		
Eletrobrás -Energia de Itaipu	137.315	136.807
Furnas	14.331	55.540
CCEE	49.000	17.303
Cemig Geração e Transmissão	29.327	34.883
CHESF- Cia. Hidroelétrica do São Francisco	6.593	27.700
CESP - Cia. Energética de São Paulo	4.835	16.474
CEEE - Cia. Estadual de Energia Elétrica	10.588	13.751
RTE - Res. ANEEL 387/09 - Repasse aos Geradores	31.429	29.890
Outros Geradores e Distribuidores	200.788	119.330
	484.206	451.678
Materiais e Serviços	160.862	157.225
	645.068	**608.903**

11 . IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições	30/06/2010	31/12/2009
Circulante		
ICMS	251.731	237.276
COFINS	27.672	18.139
PASEP	6.002	3.932
INSS	12.648	13.175
Outros	10.637	13.871
	308.690	286.393
Não Circulante		
COFINS	332.790	235.981
PASEP	72.250	51.233
	405.040	287.214
	713.730	**573.607**

As Obrigações Não Circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008, sendo que, o montante reconhecido no Passivo Não Circulante da Companhia é de R$405.040, em 30 de junho de 2010.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social	30/06/2010	31/12/2009
Circulante		
Imposto de Renda	17.970	-
Contribuição Social	1.057	-
	19.027	-
Não Circulante		
Obrigações Diferidas		
Imposto de Renda	148.898	99.030
Contribuição Social	53.603	35.650
	202.501	134.680
	221.528	**134.680**

As Obrigações Diferidas Não Circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se, substancialmente, ao reconhecimento dos Instrumentos Financeiros (variação cambial e *Hedge*) pelo Regime de Caixa, que são devidos à medida da realização, pelo pagamento ou resgate, além dos ajustes dos Instrumentos Financeiros ao mercado, e ajuste ao valor presente, a serem revertidos, também, à medida que são realizados.

As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição Social registradas no circulante serão compensadas com as antecipações constantes do Ativo, na rubrica de Tributos Compensáveis.

12 . EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	30/6/2010						31/12/2009
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6.00	USD	67.658	-	67.658	87.205
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	9.552	55.213	64.765	66.775
B.N.P. – Paribas	2010	Libor+1,875	USD	-	-	-	4.292
KFW	2016	4,5	EUR	1.454	7.996	9.450	11.577
Dívida em Moeda Estrangeira				**78.664**	**63.209**	**141.873**	**169.849**
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A. (4)	2013	10,83*	R$	5.773	600.000	605.773	-
Banco do Brasil S.A. (4)	2013	11,58**	R$	(3.206)	(8.393)	(11.599)	-
Banco do Brasil S.A.	2012	110,00doCDI	R$	50.599	97.889	148.488	148.316
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI+1,70	R$	5.723	11.865	17.588	20.993
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60doCDI	R$	1.559	96.000	97.559	102.079
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1doCDI	R$	305.249	-	305.249	304.752
Banco Itaú – BBA	2013	CDI+1,70	R$	116.557	-	116.557	138.529
Banco Itaú – BBA	2014	CDI+1,70	R$	3.651	-	3.651	3.880
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50doCDI	R$	29.263	-	29.263	29.270
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI+1,70	R$	83.882	-	83.882	99.272
Bradesco S.A.	2013	CDI+1,70	R$	64.819	132.493	197.312	253.126
Debêntures (3)	2014	IGP-M+10,50	R$	319.991	-	319.991	318.699
Debêntures (3)	2017	IPCA+7,96	R$	478.989	-	478.989	445.946
ELETROBRÁS	2023	UFIR+6,00 a8,00	R$	56.023	294.450	350.473	353.341
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R$	3.029	2.625	5.654	5.393
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI+1,70	R$	39.145	-	39.145	50.184
UNIBANCO S.A.	2013	CDI+1,70	R$	39.420	86.600	126.020	134.874
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR+7,30	R$	-	-	-	37.851
Outros	2010	TJLP+4,00	R$	-	-	-	65
Dívida em Moeda Nacional				**1.600.466**	**1.313.529**	**2.913.995**	**2.446.570**
Total Geral				**1.679.130**	**1.376.738**	**3.055.868**	**2.616.419**

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano.
(2) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos Empréstimos e Financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% a.a.
(3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
(4) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08
   a. *Taxa Contratual.
   b. ** Taxa interna de retorno, incluindo o custo de transação.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	5.387	31.052	28.798	26.544	2.012	-	-	38.630	132.423
Euro	727	1.454	1.454	1.454	1.454	1.454	1.453	-	9.450
	6.114	**32.506**	**30.252**	**27.998**	**3.466**	**1.454**	**1.453**	**38.630**	**141.873**
Indexadores									
Índice Preço ao Consumidor Amplo - IPCA	19.116	-	-	-	-	153.291	153.291	153.291	478.989
Índice Geral de Preços–Mercado - IGP-M	2.526	-	-	-	317.465	-	-	-	319.991
Unidade Fiscal de Referência - UFIR/RGR	27.337	57.175	53.717	48.070	46.405	38.476	30.860	48.433	350.473
Certificado deDepósito Interbancário - CDI	163.577	217.739	316.539	365.992	100.867	-	-	-	1.164.714
Sem Indexador	2.567	-	-	591.607	-	-	-	-	594.174
Outros	3.030	-	389	424	799	436	192	384	5.654
	218.153	**274.914**	**370.645**	**1.006.093**	**465.536**	**192.203**	**184.343**	**202.108**	**2.913.995**
	224.267	**307.420**	**400.897**	**1.034.091**	**469.002**	**193.657**	**185.796**	**240.738**	**3.055.868**

As principais moedas e indexadores, utilizados para atualização monetária dos Empréstimos e Financiamentos, tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação no trimestre findo em 30/06/2010 %	Variação Acumulada em 2010 %	Indexadores	Variação no trimestre findo em 30/06/2010 %	Variação Acumulada em 2010 %
Dólar Norte-americano	1,15	3,46	IGP-M	2,83	5,68
Euro	(8,44)	(12,09)	FINEL	0,56	1,12
			CDI	2,18	4,25

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	**2.616.419**
Empréstimo e Financiamentos Obtidos	615.759
Variação Monetária e Cambial	36.003
Encargos Financeiros Provisionados	118.169
Capitalização	2.163
Encargos Financeiros Pagos	(121.798)
Custo de Transação	(11.859)
Amortização Custo de Transação	260
Amortização de Financiamentos	(199.248)
Saldo em 30 de Junho de 2010	**3.055.868**

Em maio de 2010, a Companhia efetuou captação de R$600 milhões no Banco do Brasil, por meio de cédulas de crédito comercial, sendo R$230 milhões destinados a operações de rolagem de dívidas bancárias e R$370 milhões destinados a a reforço do Capital de Giro da Companhia.

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo "simples", não conversíveis em ações.

Cláusulas Contratuais Restritivas – Covenants

A Cemig Distribuição possui contratos de Empréstimos e Financiamentos com Cláusulas Restritivas ("Covenants"):

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 2,5
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos Saldo de Caixa e menos Títulos Negociáveis
EBITDA = Lucro antes dos Juros, Impostos (sobre o lucro), Depreciações e Amortizações. Em alguns contratos, são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação à fórmula mencionada.

Algumas dessas Cláusulas Restritivas não foram atendidas, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 30/06/2010
Dívida Financeira / Patrimônio Líquido + Dívida Financeira	Menor ou igual a 53%	53,41%
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%	98,82%
Dívida/EBITDA	Menor ou igual a 3,36	3,52

Em 30 de junho de 2010, a Companhia não atendeu a determinadas cláusulas restritivas mencionadas acima. Os consentimentos de que os credores não irão exercer o direito de exigir o pagamento, imediato ou antecipado, foram obtidos em datas posteriores a 30 de junho de 2010, por esse motivo os contratos cujas cláusulas não foram atendidas estão reconhecidos no Circulante.

13 . ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/06/2010	31/12/2009
Reserva Global de Reversão - RGR	11.123	15.504
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	40.542	7.173
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	28.385	28.658
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.697	1.874
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	2.513	2.739
Eficiência Energética	168.031	166.127
Pesquisa e Desenvolvimento	101.698	93.595
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.257	1.370
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	-	13.071
Adicional 0,30% - Lei nº 12.111/09	11.461	-
	367.914	**331.318**
Passivo Circulante	**227.318**	**238.952**
Passivo Não Circulante	**140.596**	**92.366**

14 . OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, Pessoa Jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao Plano Previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza a seus participantes os seguintes Planos de Benefícios de Suplementação de Aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) - Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante Ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição da Cemig Distribuição para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente à cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas por meio de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se às contas nominais dos participantes e são reconhecidos no Resultado do período, em conformidade com os pagamentos feitos pela Companhia, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) - Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, sem a possibilidade de novas adesões, por meio do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Estão inscritos nesse plano 6 participantes ativos, 1 BPD (benefício proporcional diferido) e 45 aposentados/pensionistas.

A Cemig Distribuição mantém ainda, de modo independente dos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida dos aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico dos empregados, aposentados e dependentes, administrados pela FORLUZ.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado - PSI - para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde e não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses dos participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. Entretanto serão mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas nas Informações Trimestrais

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida e Pensão de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2009.

Em função do pronunciamento mencionado, os ganhos e perdas atuariais acumulados até 31 de dezembro de 2008 foram integralmente reconhecidos contra o Patrimônio Líquido. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 2.

Encontra-se reconhecida, em 30 de junho de 2010, uma obrigação a pagar pela Companhia referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R$646.393 (R$653.623 em 31 de dezembro de 2009) e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, os valores passaram a ser reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Para as obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada no parágrafo anterior, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida, em 01 de janeiro de 2009 (dada a transição para IFRS) estando os impactos referentes a atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2009	653.622	400.289	20.660	288.308	1.362.879
Despesa Reconhecida no Resultado	36.553	21.222	908	17.134	75.817
Contribuições Pagas	(48.618)	(15.521)	(230)	(3.655)	(68.024)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2010	**641.557**	**405.990**	**21.338**	**301.787**	**1.370.672**
Passivo Circulante	**57.810**	**-**	**-**	**-**	**57.810**
Passivo Não Circulante	**583.747**	**405.990**	**21.338**	**301.787**	**1.312.862**

15 . PROVISÕES

A Companhia constitui Provisão para Contingências das Ações, cujas expectativas de perdas sejam consideradas prováveis, conforme segue:

	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2010
Trabalhistas				
Diversos	7.562	1.203	-	8.765
Cíveis				
Danos Pessoais	6.861	-	(2.579)	4.282
Majoração Tarifária	2.213	177.929	(101.451)	78.691
Outras	8.003	28.986	-	36.989
Regulatórios				
Processos Administrativos da ANEEL	49.212	10.210	-	59.422
Total	**73.851**	**218.328**	**(104.030)**	**188.149**
Passivo Circulante	**-**	**-**	**-**	**76.141**
Passivo Não Circulante	**73.851**	**-**	**-**	**112.008**

Processos Administrativos da ANEEL

Em 09 de janeiro de 2007, a ANEEL notificou a Cemig Distribuição S.A. por considerar incorretos alguns critérios adotados pela Companhia na apuração da Receita com subvenção de baixa renda, questionando os critérios de identificação dos consumidores que deveriam receber o benefício e também o cálculo de apuração da diferença a ser reembolsada pela Eletrobrás, no montante estimado de R$143.000. A Companhia constituiu Provisão, correspondente à perda que considera como provável na questão, no valor de R$51.549.

Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG, controladora da Cemig Distribuição, objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado "Plano Cruzado", em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano.

Em maio de 2010, a Companhia firmou um acordo referente à ação ajuizada pela RIMA Industrial S.A. relativa ao ressarcimento do aumento de tarifa introduzido pelo Departamento Nacional de Águas e Energia - DNAEE durante o Plano Cruzado. Por meio desse acordo, a Companhia concordou em pagar ao consumidor um montante de R$177.592, sendo R$92.592 compensados com faturas em aberto e R$85.000 a serem pagos por dedução dos pagamentos futuros relativos ao fornecimento de eletricidade e utilização dos sistemas de distribuição, sem qualquer ajuste ou correção monetária e já incluindo os honorários advocatícios, integralmente reconhecido no resultado do período.

Ações cuja expectativa de perda é considerada menos provável que sim do que não que exista uma obrigação presente em 30 de junho de 2010.

Adicionalmente, existem Processos de naturezas regulatórias, cíveis e fiscais em andamento cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerendo a constituição de Provisão nas Informações Trimestrais, demonstrados os principais a seguir:

ICMS - Consumidores de Baixa Renda

A Companhia recebe uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais executou a Cemig Distribuição S/A, alegando que a subvenção recebida deve ser incluída na base de cálculo do ICMS. A potencial perda nessa ação seria de R$105.988. A companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Especial de Crédito Tributário relativo ao ICMS, instituído pelo Governo do Estado de Minas Gerais por meio do Decreto nº 45.358 de, 04 de maio de 2010, reconhecendo, em decorrência disso, uma provisão no montante de R$25.702.

Obrigações Previdenciárias e Fiscais - Indenização do Anuênio

A Cemig Distribuição pagou uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre esse valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia decidiu impetrar mandados de segurança que permitiram efetuar os depósitos judiciais no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R$87.268 registrados na conta de Depósitos Vinculados a Litígios.

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública contra a Cemig Distribuição S.A. e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig Distribuição ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente e, ainda, fixou multa diária de R$1.000,00 no caso de descumprimento da decisão. Contudo, a CEMIG e a ANEEL agravaram da decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de aproximadamente R$104.057 e a expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

Contratos firmados no leilão de energia nova

A Empresa de Energia Elétrica do Brasil (ENGEBRA) e a Usina Termelétrica de Anápolis (UTE Daia) ajuizaram Ação Declaratória contra a Cemig Distribuição S.A. e outras 24 concessionárias de energia elétrica, requerendo que seja reconhecido o Custo Variável Unitário de R$608,80 por MWh, suspendendo os efeitos e os valores inseridos no Relatório de cobrança da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por terem sido ganhadoras do 1º Leilão de Energia Nova, realizado em 16 de dezembro de 2005, visando à contratação de energia proveniente de novos empreendimentos. A partir de então, foram celebrados os respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR com as concessionárias do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica. A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) representa todas as concessionárias, encontrando-se o processo em grau de Recurso. Se mantida a diferença entre os valores da CCEE e o requerido pelos autores, o valor a maior a ser pago pela Cemig Distribuição seria de R$33.200 (valor histórico) para todo o período do Contrato de 15 anos. A expectativa de perda nesta ação é considerada possível.

Contingências da Controladora

A CEMIG, controladora da Cemig Distribuição, discute, em juízo, ações para as quais considera ser possível ou remoto, o risco de perda. Um eventual desfecho negativo nessas causas pode vir a impactar os negócios da Cemig Distribuição. As principais Causas que têm essa característica estão descritas a seguir:

- Diversos consumidores e o Promotor Público do Estado de Minas Gerais ajuizaram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em Exercícios anteriores, incluindo recomposição tarifária extraordinária e índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003. Foi solicitado o reembolso, em dobro, dos montantes que eventualmente venham a ser considerados como cobrados erroneamente pela Companhia. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para essas ações.

- A CEMIG Holding é ré em Processos, questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados, referentes à contribuição de iluminação pública, no valor total aproximado de R$981.776. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

16 . PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de junho de 2010, o Capital Social da Cemig Distribuição é de R$2.261.998, representado por 2.261.997.787 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

O Conselho da Administração da Companhia, em reunião realizada, em 15 de abril de 2010, aprovou o pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio, em substituição aos Dividendos Obrigatórios do exercício de 2009, no montante de R$51.878 e autorizou a deliberação periódica, pela Diretoria Executiva, de Juros Sobre o Capital Próprio, observando o limite máximo anual, permitido pela legislação (TJLP sobre o Patrimônio Líquido), no montante de R$158.707. Os benefícios fiscais decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio foram de R$17.639, reconhecidos no primeiro semestre de 2010.

17 . RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	30/06/2010	30/06/2009
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos	4.631.368	4.512.121
Receita de uso da rede – consumidores livres	760.941	538.187
Outras receitas operacionais	39.602	37.229
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas acima	(2.034.656)	(1.815.520)
	3.397.255	**3.272.017**

Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (**)		R$	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
Residencial	4.044.616	3.861.611	1.955.715	1.879.412
Industrial	2.272.619	2.359.926	822.966	846.041
Comércio, Serviços e Outros	2.424.449	2.313.455	1.080.394	1.046.545
Rural	1.106.170	970.374	293.642	248.670
Poder Público	376.221	348.059	162.534	154.455
Iluminação Pública	531.386	530.750	137.727	139.417
Serviço Público	548.738	525.338	160.980	156.047
Subtotal	11.304.199	10.909.513	4.613.958	4.470.587
Consumo Próprio	18.543	17.099	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda (*)	-	-	67.067	71.117
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(54.721)	(30.058)
	11.322.742	10.926.612	4.626.304	4.511.646
Transações com Energia na CCEE (***)	946.318	216.881	5.064	475
Total	**12.269.060**	**11.143.493**	**4.631.368**	**4.512.121**

(*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela ELETROBRÀS.
(**) Informação não revisada pelos Auditores Independentes
(***) Valores em MWh informados pelo líquido da compra e venda

Receita de uso da rede – consumidores livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais passaram a condição de "livres", com a venda de energia para estes consumidores realizada por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos, referentes ao uso da rede de distribuição ("TUSD") desses consumidores livres, passaram a ser cobrados, separadamente, pela Cemig Distribuição, com o registro na rubrica de "Receita de Uso da Rede".

Outras receitas operacionais

	30/06/2010	30/06/2009
Serviço Taxado	7.360	7.636
Outras Prestações de Serviços	5.621	6.123
Aluguel e Arrendamento	26.218	23.077
Outras	403	393
	39.602	**37.229**

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	30/06/2010	30/06/2009
Impostos sobre a Receita:		
ICMS	1.081.831	1.008.854
COFINS	410.930	379.189
PIS-PASEP	98.263	82.323
ISSQN	238	165
	1.591.262	1.470.531
Encargos do Consumidor:		
Reserva Global de Reversão - RGR	25.462	30.925
Programa de Eficiência Energética - PEE	19.130	14.892
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	170.210	171.947
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	192.034	112.345
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	7.641	5.955
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	7.641	5.950
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	3.821	2.975
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	17.455	-
	443.394	344.989
	2.034.656	**1.815.520**

18 . CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2010	30/06/2009
Pessoal (a)	388.212	523.710
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	58.525	51.102
Obrigações Pós-emprego (Nota 14)	34.429	42.969
Materiais	44.737	41.186
Serviços de Terceiros (b)	266.528	246.300
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.260.373	1.288.385
Amortização	187.654	162.658
Provisões Operacionais (d)	233.947	24.433
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	307.203	253.374
Outras Despesas Líquidas (e)	114.158	93.350
	2.895.766	**2.727.467**

a) DESPESAS COM PESSOAL	30/06/2010	30/06/2009
Remunerações e Encargos	336.755	363.349
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria - Plano de Contribuição Definida	21.811	22.402
Benefícios Assistenciais	46.129	45.786
	404.695	431.537
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(35.768)	(55.408)
Programa Prêmio de Desligamento - PPD	-	(478)
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	19.285	148.059
	388.212	**523.710**

Programa de desligamento Voluntário - PDV

A Companhia implementou, em abril de 2009, um Programa de Desligamento Voluntário - PDV, de caráter transitório, com a adesão dos empregados no período de 22 de abril a 05 de junho de 2009.

O incentivo financeiro para os empregados que aderiram ao PDV corresponde a uma indenização que varia de 3 a 16 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos estabelecidos no regulamento do Programa, dentre os quais o principal é o tempo de contribuição faltante para aposentadoria integral do INSS. Constam, ainda, dentre os Incentivos Financeiros o pagamento da contribuição para o fundo de pensão e INSS até a data em que o empregado atenda aos requisitos para requerer aposentadoria no INSS (limitado a 5 anos) e depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios.

Adicionalmente, a Companhia garante o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e Plano de Saúde pelo período de 6 e 12 meses, respectivamente, a partir da data do desligamento dos empregados.

Esse Programa contou com a adesão de 936 empregados da Companhia, sendo reconhecida uma despesa em 2010 referente aos incentivos financeiros no valor de R$19.285.

b) SERVIÇOS DE TERCEIROS	30/06/2010	30/06/2009
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	63.545	57.945
Comunicação	26.839	35.324
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	65.894	49.976
Conservação e Limpeza de Prédios	11.836	10.832
Mão de Obra Contratada	22.469	13.274
Fretes e Passagens	2.415	2.525
Hospedagem e Alimentação	7.145	6.380
Vigilância	3.342	2.993
Consultoria	629	3.330
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	11.869	13.285
Manutenção e Conservação de Veículos	9.483	8.745
Corte e Religação	14.047	12.132
Outros	27.015	29.559
	266.528	**246.300**

c) ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	30/06/2010	30/06/2009
Energia de Itaipu Binacional	408.867	508.844
Energia de Curto Prazo	71.484	36.837
Contatos Bilaterais	116.716	113.833
Energia adquirida em Leilão	712.773	680.479
PROINFA	86.377	71.434
Créditos de PASEP/COFINS	(135.844)	(123.042)
	1.260.373	**1.288.385**

d) PROVISÕES OPERACIONAIS	30/06/2010	30/06/2009
Prêmio de Aposentadoria	(2.956)	(1.842)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	21.154	22.561
Contingências Trabalhistas	1.203	1.441
Provisão para Processos Administrativos da ANEEL	10.210	1.903
Provisão para Ações Cíveis - Majoração Tarifária	177.930	-
Outras provisões	26.406	370
	233.947	**24.433**

e) OUTRAS DESPESAS LÍQUIDAS	30/06/2010	30/06/2009
Arrendamentos e Aluguéis	14.646	12.786
Propaganda e Publicidade	16.912	10.950
Consumo Próprio de Energia Elétrica	5.782	7.197
Subvenções e Doações	6.239	8.116
Taxa de Fiscalização da ANEEL	11.473	12.089
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	7.374	6.702
Contribuições ao MAE	1.128	1.029
Seguros	1.815	927
Taxa de Fiscalização - TFDR	27.114	27.281
Outras	21.675	6.273
	114.158	**93.350**

19 . RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	30/06/2010	30/06/2009
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	17.376	18.824
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	56.222	48.513
Variações Cambiais	15.854	89.489
Variação Monetária	43.125	14.016
Outras	5.719	7.122
	138.296	177.964
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(114.567)	(127.790)
Encargos de Variação Monetária - FORLUZ	(41.387)	(36.441)
Variações Cambiais	(24.036)	(13.832)
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos	(32.452)	(8.904)
Perdas com Instrumentos Financeiros (Nota 21)	(4.097)	(28.253)
Variação Monetária P&D e PEE	(9.860)	(11.938)
Outras	(28.157)	(8.809)
	(254.556)	(235.967)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(116.260)**	**(58.003)**

20 . TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Distribuição são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
CEMIG								
Circulante								
Coligadas e Controladora	-	9.884	50	21.639	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	173.220	202.306	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Circulante								
Coligadas e Controladora	1.734	-	7	11.872	-	-	-	-
Energia Elétrica Comprada para Revenda (1)	5.083	6.474	29.327	34.883	2.261	18.630	(142.979)	(117.297)
Outros	-	61	-	5	-	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladora	944	35.555	-	-	-	-	-	-
Light								
Energia Comprada para Revenda(1)	-	-	201	236	-	-	(1.996)	(1.405)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (4)	1.450	1.700	-	-	41.843	38.863	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições – ICMS (5)	154.392	149.686	251.731	237.276	(1.081.831)	(1.008.854)	-	-
Consumidores e Revendedores (2)	50.361	60.619	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Tributos Compensáveis - ICMS (5)	44.315	44.315	-	-		-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (3)	-	-	57.810	58.651	-	-	(51.804)	(45.879)
Outros	-	-	14.537	25.412	-	-	-	-
Despesa com pessoal (6)	-	-	-	-	-	-	(21.811)	(22.402)
Custeio Administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(5.452)	(4.758)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (3)	-	-	761.232	776.609	-	-	-	-
Andrade Gutierrez SA								
Programa Luz para todos								
Circulante	10.817	-	6.671	-	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	526	-	-	-	-	-
OUTROS								
Circulante								
Coligadas e Controladas ou Controladores	109	109	-	37	-	-	-	-

As principais condições relativas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

(1) A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A., decorrentes do leilão público de energia, ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita por meio de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu, posteriormente, os contratos que deveriam ser assinados entre Distribuidores e Geradores.

(2) Parcela substancial do valor refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a COPASA, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.

(3) Os contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, (Vide Nota Explicativa nº 14) e serão amortizados até o exercício de 2024.

(4) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL por meio de Resolução referente ao Reajuste Tarifário anual da Companhia.

(5) As operações com ICMS registradas nas Informações Trimestrais referem-se às operações de venda de energia e créditos de aquisição de Ativo Imobilizado e são realizadas em conformidade com a Legislação específica do Estado de Minas Gerais.
(6) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 14), calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade com o regulamento do Fundo.
(7) Recursos para o Custeio Administrativo Anual do Fundo de Pensão, em conformidade com a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

21 . INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e "swaps" de moedas, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados, conforme abaixo:

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado. Encontram-se nessa categoria as Aplicações Financeiras e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item "b"). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no Resultado;

- Recebíveis. Encontram-se nessa categoria, os Créditos com Consumidores e Revendedores. São reconhecidos pelo valor nominal de realização e similares aos valores justos; e

- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da Taxa de Juros Efetiva.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/06/2010	31/12/2009
Ativos Financeiros:		
Caixa e depósitos bancários	51.682	51.609
Contas a receber de clientes	1.560.345	1.580.431
Fundos vinculados	12.681	2.607
Créditos com controladas	2.787	45.548
	1.627.495	1.680.195
Valor justo por meio do resultado:		
Mantidos para negociação		
Equivalentes de Caixa	730.872	194.592
Passivos financeiros:		
Avaliados ao custo amortizado:		
Fornecedores	645.068	608.903
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.055.868	2.616.419
	3.700.936	3.225.322
Valor justo por meio de resultado:		
Contrato de Swap	60.076	78.305
	6.119.379	**5.178.414**

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a Liquidez e a Rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no Resultado e no Fluxo de Caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 30 de junho de 2010, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	30/06/2010	31/12/2009
Dólar Norte-americano		
Empréstimos e Financiamentos *(Nota 12)*	132.423	158.272
Operações contratadas de hedge/swap	(50.581)	(66.831)
	81.842	91.441
Euro		
Empréstimos e Financiamentos *(Nota 12)*	9.450	11.577
Passivo Líquido Exposto	**91.292**	**103.018**

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um Cenário provável, a Depreciação Cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de junho de 2011 será de 1,69% (Dólar R$1,832 e Euro R$2,271). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos Resultados da Companhia advindos de Depreciação Cambial de 25% e 50% em relação ao Cenário Provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/06/2010	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-americano				
Empréstimos e Financiamentos *(Nota 12)*	132.423	134.665	168.331	201.998
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap	(50.581)	(51.437)	(64.296)	(77.156)
	81.842	83.228	104.035	124.842
Euro				
Empréstimos e Financiamentos *(Nota 12)*	9.450	9.610	12.012	14.415
Passivo Líquido Exposto	**91.292**	**92.838**	**116.047**	**139.257**
Efeito Líquido da Variação Cambial		**(1.546)**	**(24.755)**	**(47.965)**

Risco de Taxa de juros

Em 30 de junho de 2010, a Cemig Distribuição não se encontra exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais. Em 31 de dezembro de 2009 esta exposição era de R$4.292, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (Libor). Vide Nota 12.

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	30/06/2010	31/12/2009
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras *(Nota 3)*	730.872	194.592
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos *(Nota 12)*	(1.164.714)	(1.285.275)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(50.581)	(66.831)
	(1.215.295)	(1.352.106)
Passivo Líquido Exposto	**(484.423)**	**(1.157.514)**

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC, em 30 de junho de 2011, será de 12,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Cenário Base SELIC 10,25%	Cenário Provável SELIC 12,75%	Cenário Possível SELIC 15,9375%	Cenário Remoto SELIC 19,125%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras *(Nota 3)*	730.872	824.058	847.355	870.651
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures *(Nota 12)*	(1.164.714)	(1.313.215)	(1.350.340)	(1.387.466)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(50.581)	(57.030)	(58.642)	(60.254)
	(1.215.295)	(1.370.245)	(1.408.982)	(1.447.720)
Passivo Líquido Exposto	**(484.423)**	**(546.187)**	**(561.627)**	**(577.069)**
Efeito Líquido da Variação da SELIC		**(61.764)**	**(77.204)**	**(92.646)**

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Os principais indicadores de "covenants" financeiros, em que se confrontam as exigências de dívida com a geração de caixa (EBITDA) no 1º semestre de 2010, demonstram o perfil de liquidez da Companhia.

Ademais, tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A estrutura adotada para a gestão dos riscos da Cemig é matricial e descentralizada, porém com monitoramento centralizado, o que gera informações relevantes e com visão sistêmica. Essa estrutura permite que os processos de gestão de riscos corporativos interajam com outros ciclos de gestão, dentre os quais podem ser citados os Comitês de Governança Corporativa, de Priorização do Orçamento, de Gerenciamento de Riscos de Energia, de Riscos Seguráveis, de Controle e Gestão e de Gerenciamento de Riscos Financeiros, e atendam à Lei Sarbanes-Oxley e à Auditoria Interna.

O Comitê de Gerenciamento de Risco Financeiro, em particular, tem como finalidade implementar diretrizes para controlar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia.

No aspecto operacional, a Cemig adota princípios rígidos e conservadores na gestão do fluxo de caixa, estabelecendo em seu Estatuto Social covenants financeiros, mais restritivos que os presentes nos contratos de dívida, e um valor de caixa mínimo para cada uma das empresas, estipulado em 5% do Lajida.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos

mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, de seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira, que vigora desde 2004, para analisar cada Instituição, segundo os critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três agências de classificação de Riscos financeiros. As Instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

Risco quanto à Escassez de Energia

A Energia vendida é substancialmente gerada por Usinas Hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em perdas em função do aumento de Custos na aquisição de energia ou redução de Receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas ("Covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e

outros indicadores. O não atendimento destas cláusulas poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos Órgãos Reguladores ou mesmo renovadas, mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa"), os atuais níveis de Rentabilidade e Atividade podem ser alterados.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, no período em função de ocorrências relacionadas aos Riscos descritos acima.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os Instrumentos Derivativos contratados pela Companhia, têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos, registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos destas operações representaram uma perda em 30 de junho de 2010 no montante de R$4.097 (perda de R$28.253 em 30/06/2009), registrados no Resultado Financeiro. A contraparte das operações de derivativos é o Banco Santander - ABN e os contratos são de "swap" cambial.

A Companhia possui um Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar negativamente sua Liquidez e Lucratividade. Esse Comitê objetiva também a implementação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros ao implementar Planos de Ação.

O quadro, a seguir, apresenta os Instrumentos Derivativos, contratados pela Companhia em 30 de junho de 2010.

Direito da Cemig Distribuição	Obrigação da Cemig Distribuição	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado (US$)		Perda não realizada				Efeito acumulado
						Valor de contrato		Valor justo		Valor pago
				30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010
US$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	28.077	38.382	(59.928)	(79.351)	(61.099)	(79.128)	(22.327)

Análise de sensibilidade

O Instrumento Derivativo descrito acima indica que a Companhia está exposta à variação do CDI. A Companhia estima que a taxa do CDI, em 30 de junho de 2011, será de 12,75%. A Companhia fez uma Análise de Sensibilidade dos efeitos nos Resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação a 30/06/2010, dos cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nestes cenários , a taxa do CDI em 30/06/2011 seria de 15,9375% e 19,125%, respectivamente.

	Base	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	50.581	57.030	58.642	60.254
Efeito Líquido da Variação da CDI		**(6.449)**	**(8.061)**	**(9.674)**
Risco - Alta do US$				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	50.581	51.437	64.296	77.156
Efeito Líquido da Variação do US$		**(856)**	**(13.716)**	**(26.575)**
Efeito Líquido		**(5.593)**	**5.654**	**16.901**

22. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços po por agências

reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30 de junho de 2010	Valor justo em 30 de junho de 2010		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Certificados de Depósitos Bancários	719.262	-	719.262	-
Letras Financeirs do Tesouro (LFTs)	1.585	1.585	-	-
Depósitos Overnight	10.025	-	10.025	-
Passivos				
Contratos de Swaps	60.076	-	60.076	-

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em Reais.

23 . DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento da CVM aplicável as Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

CEMIG Distribuição S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(Em milhares de Reais)

	30/06/2010		30/06/2009	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	5.431.911		5.087.537	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(21.154)		(22.562)	
	5.410.757		5.064.976	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.260.373)		(1.288.386)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(307.202)		(253.374)	
Serviços de Terceiros	(266.528)		(246.300)	
Materiais	(44.737)		(41.186)	
Outros Custos Operacionais	(259.779)		(32.681)	
	(2.138.619)		(1.861.928)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**3.272.138**		**3.203.048**	
RETENÇÕES				
Amortização	(187.654)		(162.658)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	**3.084.484**		**3.040.390**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	138.296		178.130	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**3.222.780**		**3.218.520**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	**430.516**	**13,36**	**525.201**	**16,32**
Remuneração Direta	282.331	8,76	262.357	8,15
Benefícios	108.138	3,36	115.250	3,58
FGTS	20.762	0,64	13	-
Outros	19.285	0,60	147.581	4,59
Impostos, Taxas e Contribuições	**2.265.162**	**70,29**	**2.156.378**	**67,00**
Federais	1.152.291	35,75	1.116.839	34,70
Estaduais	1.111.041	34,47	1.038.075	32,25
Municipais	1.830	0,06	1.464	0,05
Remuneração de Capitais de Terceiros	**269.204**	**8,35**	**248.752**	**7,73**
Juros	254.558	7,90	235.967	7,33
Aluguéis	14.646	0,45	12.786	0,40
Remuneração de Capital Próprio	**257.899**	**8,00**	**288.189**	**8,95**
Juros Sobre o Capital Próprio	68.481	2,12	83.966	2,61
Lucros Retidos	189.417	5,88	204.223	6,35
	3.222.780	**100,00**	**3.218.520**	**100,00**

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

24. REAJUSTE TARIFÁRIO DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO

Revisão Tarifária - IRT 2010

Em 06 de abril de 2010, a ANEEL divulgou o resultado do Reajuste Tarifário da Cemig Distribuição. Com isso, as tarifas da Companhia tiveram um impacto médio positivo de 1,67% a partir de 8 de abril de 2010.

Revisão Tarifária - valores definitivos

Em março de 2009, a ANEEL homologou o resultado definitivo da Revisão Tarifária da Cemig Distribuição, cujos efeitos ocorreram a partir de abril de 2008.

O resultado definitivo da segunda Revisão Tarifária da Companhia representou uma redução média de 19,62%, em comparação à redução média aplicada de forma provisória, em abril de 2008, no percentual de 18,09%.

Em função da homologação da Revisão Tarifária definitiva, a ANEEL recalculou os valores que, considerados por ela, deveriam ter sido aqueles efetivamente reconhecidos no Reajuste Tarifário da Companhia a partir de abril de 2008.

Os efeitos, no resultado, são relacionados, principalmente, à redução no valor da Empresa de Referência, utilizada como base para ressarcimento dos custos gerenciáveis da Companhia e, também, a uma revisão, pela ANEEL, no critério de cálculo do ressarcimento na tarifa dos ativos regulatórios financeiros, o que teve como consequência o desconto de valores, que, na visão da Agência reguladora, foram incluídos a maior no Reajuste Tarifário da Cemig D em 2008.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Reajuste Tarifário de 2011

Em 08 de abril de 2011, a ANEEL divulgou o resultado do Reajuste Tarifário da Companhia. Com isso, as tarifas da Companhia tiveram impactos diferenciados por nível de tensão, cujo impacto médio foi um aumento de 6,04% a partir daquela data.

b) Novas Captações

Em 20 de abril de 2011, a Companhia captou, junto ao Banco do Brasil, R$410.000, representados por uma Cédula de Crédito Comercial no valor de R$210.000, garantida por duplicatas escriturais de emissão própria, e, uma Nota de Crédito Comercial no valor de R$200.000, com aval de sua controladora, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. O recurso captado será utilizado no reforço do capital de giro e rolagem de dívidas da Companhia e serão liquidados até 2014. O montante captado

por meio de cédula de crédito será liquidado em duas parcelas, sendo a primeira em 09 de abril de 2013 e a segunda em 04 de abril de 2014. O montante captado por meio de nota de crédito será liquidado, em parcela única, em 04 de abril de 2014.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

(valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

Adoção das normas internacionais de contabilidade

Os resultados apresentados abaixo estão de acordo com as novas normas de contabilidade, dentro do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais ("IFRS"). Dessa forma, os resultados do 1º semestre de 2010 e 2009 foram alterados para refletirem essas modificações.

Resultado do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no primeiro semestre de 2010, um Resultado de R$257.899, em comparação ao Resultado de R$288.189, no primeiro semestre de 2009, uma redução de 10,51%.

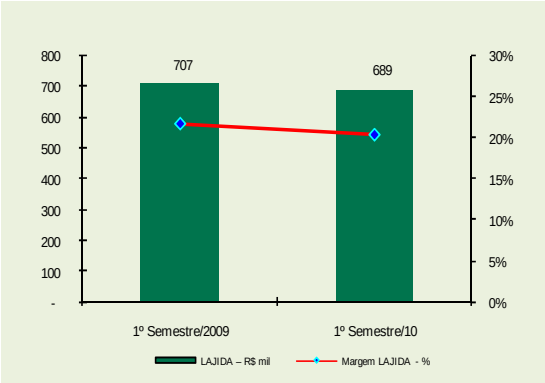
Ressaltam-se, como impactos negativos no Resultado do primeiro semestre de 2010, o acordo feito com a Rima Industrial S.A., impactando a despesa em R$177.592 e reconhecimento de uma despesa de ICMS, no montante de R$25.702, em decorrência de adesão a Programa de Anistia implementado pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Adicionalmente, as Despesas Financeiras Líquidas passaram de R$58.003, no primeiro semestre de 2009, para R$116.260 no primeiro semestre de 2010.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

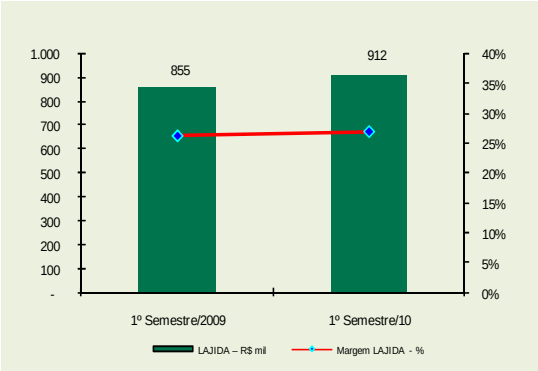
O LAJIDA da Cemig Distribuição, no primeiro semestre de 2010, apresentou uma redução de 2,55% na comparação com o mesmo período de 2009. Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA apresenta um aumento de 6,66%.

LAJIDA - R$ mil	30/06/2010	30/06/2009	Var. %
Resultado do Período	257.899	288.189	(10,51)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	127.330	198.358	(35,81)
+ Resultado Financeiro Líquido	116.260	58.003	100,44
+ Amortização	187.654	162.658	15,37
= LAJIDA	**689.143**	**707.208**	**(2,55)**
Itens não recorrentes:			
+ Acordo Rima Industrial S.A.	177.592	-	-
+ ICMS consumidor Baixa Renda	25.702	-	-
+ Programa de Desligamento Voluntário – PDV/PPD	19.285	147.581	(86,93)
= LAJIDA AJUSTADO	**911.722**	**854.789**	**6,66**

LAJIDA



LAJIDA AJUSTADO



A redução do LAJIDA, no primeiro semestre de 2010, em comparação ao mesmo período de 2009, deve-se, principalmente, ao aumento de 5,59% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da Amortização, parcialmente compensada pelo aumento de 3,83% na receita. Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do Lajida passou de 21,61%, no primeiro semestre de 2009, para 20,28%, no primeiro semestre de 2010.

Os principais efeitos não recorrentes que impactaram no LAJIDA são como segue:

- Reconhecimento de uma Despesa, no montante de R$177.592, decorrente de acordo referente à ação ajuizada pela RIMA Industrial S.A., relativa ao ressarcimento do aumento de tarifa introduzido pelo DNAEE durante o Plano Cruzado, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4.

- Reconhecimento de Despesa com ICMS referente subvenção de desconto na tarifa de Consumidor de Baixa Renda, no montante de R$25.702, em decorrência de adesão a Programa de Anistia implementado pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

- Registro de provisão em 2010 e 2009 nos valores de R$19.285 e R$147.581 respectivamente, referente ao Programa de Desligamento Voluntário implementado pela Companhia.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R$4.631.368, no primeiro semestre de 2010, em comparação a R$4.512.121 no primeiro semestre de 2009, representando um aumento de 2,64%.

No que se refere à venda para consumidores finais, os principais impactos na Receita no primeiro semestre de 2010, decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 3,62% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;

- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 6,21%, a partir de 8 de abril de 2009 (efeito integral no primeiro semestre de 2010);

- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010;

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh)
(Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	30/06/2010	30/06/2009	*Var %*
Residencial	4.044.616	3.861.611	4,74
Industrial	2.272.619	2.359.926	(3,70)
Comércio, Serviços e Outros	2.424.449	2.313.455	4,80
Rural	1.106.170	970.374	13,99
Poder Público	376.221	348.059	8,09
Iluminação Pública	531.386	530.750	0,12
Serviço Público	548.738	525.338	4,45
Total	**11.304.199**	**10.909.513**	**3,62**

As classes mais representativas, residencial e comercial apresentaram aumentos de 4,74% e 4,80%, respectivamente, enquanto a classe industrial apresentou redução de 3,70%. Os aumentos nas classes residencial e comercial decorrem, principalmente, do aumento da quantidade de consumidores que cresceu 305% e 1,86% nessa ordem. A redução na classe industrial deve-se, principalmente, à migração de consumidores cativos para livres o que impactou, positivamente, o aumento da Receita de Uso da Rede de consumidores livres em 2010.

Receita de uso da rede - Consumidores Livres

Essa Receita refere-se à TUSD, advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No primeiro semestre de 2010, a Receita foi de R$760.941 comparada a R$538.187 no primeiro semestre de 2009, representando um aumento de 41,39%. Esta variação decorre principalmente do aumento no volume transportado em decorrência da migração de consumidores cativos para consumidores livres e também da maior atividade industrial em 2010 em decorrência da recuperação da atividade econômica.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos sobre a Receita foram de R$2.034.656, no primeiro semestre de 2010, comparados a R$1.815.520 no primeiro semestre de 2009, representando um aumento de 12,07%. As principais variações nas deduções à Receita são:

Conta de Consumo de Combustível - CCC

Os encargos referentes à CCC foram de R$192.034, no primeiro semestre de 2010, comparados a R$112.345 no primeiro semestre de 2009, representando um aumento de 70,93%. Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. Este é um Custo não controlável, sendo que a dedução á Receita registrada corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os encargos referentes à CDE foram de R$170.210, no primeiro semestre de 2010 comparados a R$171.947 no primeiro semestre de 2009, representando uma redução de 1,01%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. Esse é um custo não controlável, sendo que a Despesa reconhecida no Resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes, referem-se principalmente a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R$2.895.766 no primeiro semestre de 2010 comparados a R$2.727.467, no primeiro semestre de 2009, representando um aumento de 6,17%. Este resultado decorre principalmente do aumento nas provisões operacionais, parcialmente compensado pela redução nas despesas com pessoal. O aumento nas provisões decorre do reconhecimento do montante de R$177.592, em função de acordo com Grande Consumidor Industrial conforme comentado a seguir. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais, vide Nota Explicativa nº 18 das Informações Trimestrais.

Principais variações:

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R$233.947, no primeiro semestre de 2010, comparados a R$24.433, no primeiro semestre de 2009, um aumento de 857,49%. Esta variação decorre principalmente da celebração de acordo para encerrar Processo Judicial com consumidor industrial referente ao reajuste tarifário determinado pela portaria DNAEE 045/86, no valor de R$177.592, provisionado em maio de 2010. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 15 das Informações Trimestrais.

Pessoal

A Despesa com Pessoal foi de R$388.212, no primeiro semestre de 2010, comparados a R$523.710, em 2009, representando uma redução de 25,87%. Este resultado decorre, substancialmente, da Despesa com PDV, reconhecida no primeiro semestre de 2009, no montante de R$147.581 contra R$19.285 no mesmo período de 2010.

Outras Variações:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R$1.260.373, no primeiro semestre de 2010, comparados a R$1.288.385, no primeiro semestre de 2009, representando uma redução 2,17%. Este é um Custo não controlável, sendo que a Despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 18 das Informações Trimestrais.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A Despesa com Encargos de Uso da rede de Transmissão foi de R$307.203, no primeiro semestre de 2010, comparados a R$253.374, no primeiro semestre de 2009, representando um aumento de 21,24%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, conforme definido por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um Custo não controlável, sendo que a Despesa reconhecida no Resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Amortização

A despesa com Amortização foi de R$187.654, no primeiro semestre de 2010, comparados a R$162.658, no primeiro semestre de 2009, representando um aumento de 15,37%. Esse resultado decorre, substancialmente, do aumento do Ativo Intangível em decorrência de novos investimentos feitos nos Programas Clarear, CresceMinas e Luz para Todos e da amortização do novo software de faturamento da Companhia.

Serviços de terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R$266.528, no primeiro semestre de 2010, comparados a R$246.300 em igual período de 2009, representando um aumento de 8,21%, com as principais variações nos gastos com mão de obra contratada e instalações de equipamentos elétricos, conforme segue:

- Os serviços de manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos foram de R$65.894, em 2010 comparados a R$49.976 em igual período de 2009, representando um aumento de 31,85%. Esta variação decorre principalmente da maior aplicação de recursos nessa atividade em 2010, conforme aprovação orçamentária;

- Os serviços de mão de obra contratada foram de R$22.469, em 2010 comparados a R$13.274 em 2009, representando um aumento de 69,27%.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro, no primeiro semestre de 2010, foi uma Despesa Financeira Líquida de R$116.260, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R$58.003 no primeiro semestre de 2009. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Aumento na despesa de Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional, R$32.452, em 2010, comparados a R$8.904 em 2009. Este aumento decorre principalmente da variação do IGP-M, indexador de alguns contratos, que passou de uma variação negativa de 1,24%, no primeiro semestre de 2009, para uma variação positiva de 5,68% no mesmo período de 2010;

- Perdas líquidas com variações cambiais, no primeiro semestre de 2010, no montante de R$12.279, líquidos dos efeitos compensatórios referentes a Instrumentos Financeiros, comparados a ganhos líquidos de R$47.404, no primeiro semestre de 2009, advindos basicamente de Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira, indexados ao Dólar norte-americano. Este resultado decorre principalmente da valorização do Real frente ao Dólar no primeiro semestre de 2010, comparada a uma desvalorização no primeiro semestre de 2009. O Dólar apresentou, no primeiro semestre de 2010, uma valorização de 3,46% frente ao Real e, no mesmo período de 2009, apresentou uma desvalorização de 16,49%.

Vide a composição das receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 19 das Informações Trimestrais.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no primeiro semestre de 2010, Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$127.330 em relação ao lucro de R$385.229, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 33,05%. No primeiro semestre de 2009, a Companhia apurou Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$198.358 em relação ao lucro de R$486.547, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 40,77%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 6 das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2010 E 2009

	Segundo Trim/2010	Segundo Trim/2009	Var. %
RECEITA	**1.750.234**	**1.608.113**	**8,84**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(190.684)	(317.466)	(39,94)
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	(30.247)	(32.377)	(6,58)
Obrigações Pós-emprego FORLUZ	(18.485)	(22.092)	(16,33)
Materiais	(22.702)	(20.100)	12,95
Serviços de Terceiros	(144.217)	(142.452)	1,24
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(651.266)	(663.064)	(1,78)
Amortização	(94.333)	(81.636)	15,55
Provisões Operacionais	(219.594)	(8.739)	2.412,80
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(156.618)	(127.718)	22,63
Outras Despesas Líquidas	(75.608)	(65.499)	15,43
	(1.603.754)	**(1.481.143)**	**8,28**
Resultado antes do Resultado Financeiro	**146.480**	**126.970**	**15,37**
Resultado Financeiro Líquido	(67.346)	(6.784)	892,72
Resultado antes dos Impostos	**79.134**	**120.186**	**(34,16)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(31.004)	30.673	(201,08)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.434	(44.843)	(161,18)
Resultado do Período	**75.564**	**106.016**	**(28,72)**
Resultado Básico por ação preferencial e ordinária	0,0334	0,0469	
Resultado Diluído por ação preferencial e ordinária	0,0334	0,0469	

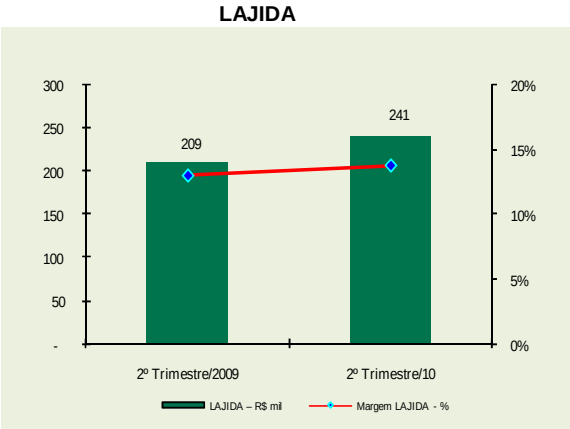
Resultado do Trimestre

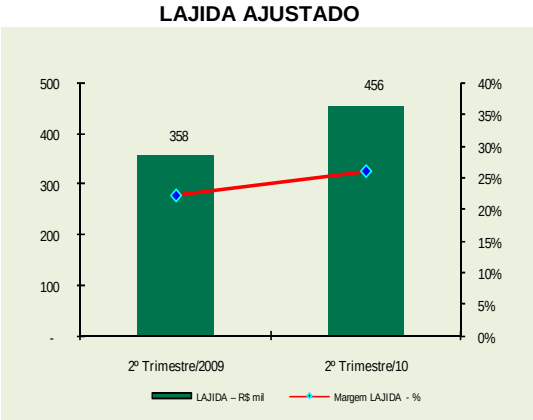
A Cemig Distribuição apresentou, no segundo trimestre de 2010, um Resultado de R$75.564, em comparação ao Resultado de R$106.016 no segundo trimestre de 2009, com redução de 28,72% entre os períodos comparados. Este resultado deve-se principalmente ao efeito do acordo com a Rima Industrial S.A., com impacto na despesa de R$177.592 e ao Resultado Financeiro que passou de uma Despesa de R$6.784, no segundo trimestre de 2009, para uma Despesa de R$67.346 no segundo trimestre de 2010. Vide comentário da variação do Resultado Financeiro na sequência desse Relatório.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Distribuição, no segundo trimestre de 2010, não apresentou variação expressiva na comparação com o mesmo período de 2009. Ajustado aos Itens não recorrentes, o LAJIDA apresenta um aumento de 27,29%.

LAJIDA - R$ mil	Segundo Trim/10	Segundo Trim/09	Var %
Resultado do Período	75.564	106.016	(28,72)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	3.570	14.170	(74,81)
+ Resultado Financeiro Líquido	67.346	6.784	892,72
+ Amortização	94.333	81.636	15,55
= **LAJIDA**	**240.813**	**208.606**	**15,44**
Itens não recorrentes:			
+ Acordo Rima Industrial S.A.	177.592	-	-
+ ICMS consumidor Baixa Renda	25.702	-	-
+ Programa de Desligamento Voluntário – PDV/PPD	11.677	149.471	(92,19)
= **LAJIDA AJUSTADO**	**455.784**	**358.077**	**27,29**





A aumento do LAJIDA, no segundo trimestre de 2010, em comparação ao mesmo período de 2009, deve-se, principalmente, ao aumento de 8,84% na receita operacional líquida, parcialmente compensado pelo aumento de 7,85% nos Custos e Despesas Operacionais, excluídos os efeitos da Depreciação e Amortização.

O aumento dos Custos e Despesas Operacionais verificado no segundo trimestre de 2010 deve-se, principalmente, aos ajustes não recorrentes, conforme segue:

- Reconhecimento de uma Despesa, no montante de R$177.592, decorrente de acordo referente à ação ajuizada pela RIMA Industrial S.A., relativa ao ressarcimento do aumento de tarifa introduzido pelo DNAEE durante o Plano Cruzado.

- Reconhecimento de Despesa com ICMS referente subvenção de desconto na tarifa de consumidor de baixa renda de baixa renda, no montante de R$25.702, em decorrência de adesão a programa de anistia implementado pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

- Registro de provisão em 2010 e 2009 nos valores de R$11.677 e R$149.471 respectivamente, referente ao Programa de Desligamento Voluntário implementado pela Companhia.

O aumento dos Custos e Despesas Operacionais em relação ao segundo trimestre de 2009, refletiu-se na margem do LAJIDA que passou de 13,00%, em 2009, para 13,77% em 2010.

Ajustado aos Itens não recorrrentes, a margem do LAJIDA acompanha o crescimento do LAJIDA, passando de 22,26% no segundo trimestre de 2009 para 26,06% no segundo trimestre de 2010.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)			R$		
	Segundo Trim/10	Segundo Trim/09	Var. %	Segundo Trim/10	Segundo Trim/09	Var. %
Residencial	2.009.502	1.956.115	2,73	969.874	882.157	9,94
Industrial	1.160.467	1.177.292	(1,43)	418.879	457.285	(8,40)
Comércio, Serviços e Outros	1.187.752	1.153.229	2,99	529.994	550.314	(3,69)
Rural	604.722	518.071	16,73	152.926	146.014	4,73
Poder Público	197.410	179.525	9,96	85.107	83.920	1,41
Iluminação Pública	266.131	261.392	1,81	68.937	72.418	(4,81)
Serviço Público	274.904	264.632	3,88	80.392	84.454	(4,81)
Subtotal	**5.700.888**	**5.510.256**	**3,46**	**2.306.109**	**2.276.562**	**1,30**
Consumo Próprio	9.282	8.556	8,49	-	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	33.838	32.536	4,00
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	(15.306)	(70.588)	(78,32)
	5.710.170	**5.518.812**	**3,47**	**2.324.641**	**2.238.510**	**3,85**
Transações com Energia na CCEE (**)	654.191	216.881	201,64	3.064	(12.056)	(125,41)
	6.364.361	**5.735.693**	**10,96**	**2.327.705**	**2.226.454**	**4,55**

(*) Informações em MWh não revisadas pelos auditores independentes.
(**) Valores em MWh informados pelo líquido da compra e venda.

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R$2.327.705 no segundo trimestre de 2010, em comparação a R$2.226.454, no segundo trimestre de 2009, representando um aumento de 4,55%.

Os principais impactos na Receita de 2009 decorreram dos seguintes fatores:

- Reajuste Tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010;

- Aumento de 3,46% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio).

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se à TUSD, advinda dos Encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida, principalmente, pela Cemig Geração e Transmissão e apresentou um aumento de 55,89% nos trimestres comparados (R$430.794, no segundo trimestre de 2010, em comparação a R$276.337 no segundo trimestre de 2009). Esta variação decorre principalmente do aumento no volume transportado em decorrência da migração de consumidores cativos para consumidores livres e, também, da maior atividade industrial, em 2010, decorrência da recuperação da atividade econômica.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Segundo Trim/10	Segundo Trim/09	Var %
Impostos sobre a Receita:			
ICMS	545.973	512.566	6,52
COFINS	203.185	190.265	6,79
PIS-PASEP	53.071	41.307	28,48
ISSQN	126	92	36,96
	802.355	744.230	7,81
Encargos do Consumidor:			
Reserva Global de Reversão - RGR	10.105	15.416	(34,45)
Programa de Eficiência Energética - PEE	9.241	8.396	10,06
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	85.055	85.973	(1,07)
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	106.447	50.258	111,80
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	3.696	3.357	10,10
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	3.696	3.352	10,26
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.849	1.676	10,32
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	5.545	-	-
	225.634	168.428	33,96
	1.027.989	**912.658**	**12,64**

As principais variações nos impostos e encargos sobre a Receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível - CCC

Os encargos, referentes à CCC foram de R$106.447, no segundo trimestre de 2010, comparados a R$50.258 no segundo trimestre de 2009, representando um aumento de 111,80%. Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos Sistemas Interligado e Isolado Brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a Dedução á Receita registrada corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os encargos, referentes à CDE, foram de R$85.055, no segundo trimestre de 2010, comparados a R$85.973 no segundo trimestre de 2009, uma redução de 1,07%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. Este é um Custo não controlável, sendo que a Despesa reconhecida no Resultado, corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se basicamente a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto estas variações são diretamente proporcionais à evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R$1.603.754, no segundo trimestre de 2010, comparados a R$1.481.143 no segundo trimestre de 2009, representando um aumento de 8,28. Este resultado deve-se, principalmente, ao aumento nas provisões operacionais, parcialmente compensado pela redução de 39,94% nas Despesas com Pessoal.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A Despesa com Pessoal no segundo trimestre de 2010 foi de R$190.684, comparados a R$317.466 no segundo trimestre de 2009, uma redução de 39,94%. Este resultado decorre, substancialmente, da Despesa com Plano de Desligamento Voluntário reconhecida no segundo trimestre de 2009 no montante de R$149.471 contra R$11.677 no mesmo período de 2010.

Obrigações Pós-emprego

A Despesa com Obrigações Pós-emprego foi de R$18.485, no segundo trimestre de 2010, comparados a R$22.092 no segundo trimestre de 2009, representando uma redução de 16,33%. Estas despesas representam, basicamente, os juros, incidentes sobre as Obrigações Atuariais da Cemig Distribuição, líquidos do rendimento esperado dos Ativos dos Planos, estimados por atuário externo.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R$651.266, no segundo trimestre de 2010, comparados a R$663.064 no segundo trimestre de 2009, representando uma redução de 1,78%. Este é um Custo não controlável, sendo que a Despesa, reconhecida no Resultado, corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Amortização

A Despesa com Amortização foi de R$94.333 no segundo trimestre de 2010, comparados a R$81.636 no segundo trimestre de 2009, representando um aumento de 15,55%. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento do Ativo Intangível, em decorrência de novos investimentos feitos nos Programas Clarear, CresceMinas e Luz para Todos e da amortização do novo software de faturamento da Companhia.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais corresponderam a uma despesa de R$219.594, no segundo trimestre de 2010, comparada a uma despesa de R$8.739, no segundo trimestre de 2009. Esta variação decorre principalmente da celebração de Acordo para encerrar Processo Judicial com consumidor industrial referente ao Reajuste Tarifário determinado pela Portaria DNAEE 045/86, no valor de R$177.592, provisionado em maio de 2010.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A Despesa com Encargos de Uso da Rede de Transmissão foi de R$156.618 no segundo trimestre de 2010, comparados a R$127.718, no segundo trimestre de 2009, representando um aumento de 22,63%. Esta Despesa refere-se aos Encargos, devidos pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido, por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um Custo não controlável, sendo que a Despesa, reconhecida no resultado, corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Resultado Financeiro Líquido

	Segundo Trim/10	Segundo Trim/09	Var. %
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	12.095	8.644	39,92
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	29.176	25.935	12,50
Variações Cambiais	1.236	75.715	(98,37)
Variações Monetárias	17.153	6.147	179,05
Outras	4.078	4.377	(6,83)
	63.738	**120.818**	**(47,24)**
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(62.278)	(60.463)	3,00
Encargos de Variação Monetária - FORLUZ	(19.422)	(17.613)	10,27
Variações Cambiais	(4.130)	(6.282)	(34,26)
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos	(14.776)	(5.167)	185,97
Perdas com Instrumentos Financeiros (Nota 19)	(3.275)	(27.500)	(88,09)
Variação Monetária P&D e PEE	(5.703)	(5.490)	3,88
Outras	(21.500)	(5.087)	322.65
	(131.084)	**(127.602)**	**2,73**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(67.346)**	**(6.784)**	**892,72**

As principais variações no Resultado Financeiro, ocorridas no segundo trimestre de 2010 comparadas ao segundo trimestre de 2009, são como segue:

- Aumento na Despesa de Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional, R$14.776 no segundo trimestre de 2010 comparados a R$5.167 no segundo trimestre de 2009. Este aumento decorre principalmente da variação do IGP-M que passou de uma variação negativa de 0,32%, no segundo trimestre de 2009, para uma variação positiva de 2,83% no segundo trimestre de 2010.

- Perdas Líquidas com Variações Cambiais no segundo trimestre de 2010, no montante de R$6.169, líquidos dos Efeitos Compensatórios referentes a Instrumentos Financeiros, comparados a ganhos líquidos de R$41.933, no segundo trimestre de 2009, advindos, basicamente, de Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira, indexados ao Dólar Norte-americano. Este resultado decorre, principalmente, da variação do Real frente ao Dólar, no segundo trimestre de 2010 em relação ao segundo trimestre de 2009. O Dólar apresentou, no segundo trimestre de 2010, uma valorização de 1,15% frente ao Real e, no mesmo período de 2009, apresentou uma desvalorização de 15,70%.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no segundo trimestre de 2010, despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$3.570 em relação ao lucro de R$79.134, antes dos efeitos fiscais. No segundo trimestre de 2009, a Companhia apurou Benefício Fiscal com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$14.170 em relação ao lucro de R$120.186, antes dos efeitos fiscais. A Companhia destinou Juros sobre o Capital Próprio nos montantes de R$76.202 e R$51.878, nos segundos trimestres de 2009 e 2010, cujos benefícios fiscais foram de R$25.909 e R$17.638, respectivamente.

****

Relatório de revisão dos Auditores Independentes

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Cemig Distribuição S.A. ("Companhia"), compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2010, as quais incluem as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais da Cemig Distribuição S.A. acima referidas para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, notadamente a norma IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitida pelo "International Accounting Standards Board – IASB", e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, durante o ano de 2009 foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, que alteraram certas práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas alterações foram adotadas pela Companhia na elaboração das Informações Trimestrais referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2010 e divulgadas na nota explicativa nº 2. As presentes Informações Trimestrais estão sendo reapresentadas e, portanto, diferem das originalmente apresentadas pela Companhia em 13 de agosto de 2010, incluindo nosso relatório de revisão datado de 13 de agosto de 2010. As Informações Trimestrais correspondentes ao exercício e período relativos a 2009, refeitas e apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas para incluir as mudanças das práticas contábeis

adotadas no Brasil com vigência para 2010.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Companhia passou a apresentar a partir do exercício de 2010, suas Informações Trimestrais de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, notadamente a norma IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitida pelo IASB. As Informações Trimestrais da Companhia correspondentes ao exercício e período relativos a 2009, preparadas de acordo com o mencionado padrão contábil internacional, estão sendo apresentadas para fins de comparação.

6. Nossa revisão foi efetuada com o objetivo de emitirmos um relatório de revisão sobre as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração do valor adicionado, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, não é requerida pelas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e está sendo apresentada para possibilitar uma análise adicional. Essa informação complementar foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão aplicados às informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais e, baseados em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita para que esta informação complementar esteja apresentada de forma condizente com as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 05 de julho de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0